



CÂMARA MUNICIPAL DE LIMA DUARTE

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REFERENTE AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 23/2024, DE AUTORIA DA PREFEITA QUE “ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE LIMA DUARTE PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2025”. TRIGÉSIMA QUINTA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LIMA DUARTE, MG, EM 30 DE OUTUBRO DE 2024.

Às 18 horas e 10 minutos, havendo número regimental, o Vereador Fábio Pereira Vieira, Presidente da Câmara Municipal, declara aberta a Audiência Pública. Comparecem os Vereadores Donizete Martins de Aguiar, Edson Lima Campos, Fabiana da Silva Souza, Fábio Júnior da Silva, José Jayme Carvalho da Cunha, Josimar Oliveira Campos, Ronaldo Alves Rodrigues, Tadeu Tavares de Matos, Thiago Júnior da Silva e José Guilhermando Andrade Novaes. É feito pedido de consentimento para transmissão de áudio e imagem em mídias sociais. O Presidente da Câmara solicita ao Vereador Edson Lima Campos, Primeiro Secretário, que explique os motivos pelo qual está sendo realizada essa Audiência Pública que apresenta propostas orçamentárias referente à Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Obras, Meio Ambiente, Agricultura e Pecuária para o ano de 2025. O Vereador, agradece a todos os presentes e esclarece que a Audiência Pública, referente ao Projeto de Lei Ordinária nº 23/2024, de autoria da Prefeitura Municipal; visa transparência da gestão fiscal e possibilita a Gestora, por meio dos Secretários e Servidores, esclarecer o Projeto que “Dispõe sobre o orçamento municipal para o exercício financeiro do ano de 2025”, além de esclarecer quaisquer dúvidas dos nobres vereadores e dos demais presentes, sendo esta audiência pública convocada obrigatoriamente pelos senhores vereadores, dando oportunidade para uma discussão ampla com a sociedade civil. Encerrada a palavra, o Senhor Presidente da Casa Legislativa cumprimenta a todos os presentes, declarar que os presentes podem fazer uso da palavra desde que inscrito previamente conforme artigo 104 do Regimento Interno. Em seguida concede o Presidente da Casa Legislativa a palavra para Sra. Carlene Delgado Lacerda - Chefe de Gabinete, para dar continuidade à última Audiência Pública referente ao Projeto de Lei Ordinária nº 23/2024, sendo esse iniciado a discussão em 16 de outubro, Sra. Carlene Delgado Lacerda cumprimenta a todos os presentes, e inicia a apresentação em relação ao orçamento municipal de 2025, e justifica ausência do Diretor de Contabilidade e Finanças, Sr. Luiz Roberto Gonçalves de Figueiredo Filho, que por motivos de saúde não pode estar presente. Sra. Carlene, passa a palavra para o Sr. Vinícius de Almeida Salles – Secretário de Fazenda que fala sobre o PPA – Plano Plurianual e LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias e a importância de cada uma delas para a execução financeira do município, além de explicar sobre o Orçamento da Seguridade Social, e que todas necessitam de serem cumpridas de forma obrigatória, por força da Constituição Federal, para que assim possa garantir recursos para os demais setores, como: saúde, assistência social e educação. Explica sobre as receitas correntes e receitas de impostos e taxas de contribuições de melhoria, como IPTU dentre outros, receita patrimonial, receita industrial, receita de serviços e divisão de valores para cada Secretaria, através do Código Tributário Nacional que autoriza o Município a executar tais ações para o Orçamento Financeiro de 2025, fala sobre todas as receitas e valores e a estimativa para ano de 2025. transferências via Deputados do Estado e Senadores da União, para investimentos em obras e infraestrutura. Fala sobre IPVA, FPM, FUNDEB, ICMS, ITR, recursos estes transferidos pela União e os valores retidos para o FUNDEB,



CÂMARA MUNICIPAL DE LIMA DUARTE

fala que a divisão orçamentária é feita de acordo com a necessidade de cada secretaria. Explana novamente os valores orçamentários das Secretarias, Gabinete que foram discutidas na Audiência Pública realizada em 16 de outubro para que assim os cidadãos presentes possam entender de forma melhor sobre como serão executados os recursos financeiros no âmbito Municipal, continua sua explanação e fala sobre o orçamento financeiro para o exercício de 2025 para Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Obras, Meio Ambiente, Agricultura e Pecuária. Logo em seguida Sra. Carlene continua a fala sobre a Secretaria Municipal de Educação, informa os valores para a Gestão da Secretaria de Educação que está relacionada ao pagamento de servidores, auxílio alimentação, diárias, dentre outras. Fala sobre o Ensino Fundamental e valores estimados para sua manutenção, obrigações patronais, educação especial, integrada e educação inclusiva. Continua a fala sobre a manutenção do Pré-Escolar e seus respectivos valores, Manutenção de Creches, PROERD, alimentação escolar, apoio ao Ensino Médio, apoio ao Ensino Superior, manutenção do Ensino de Jovens e Adultos, Valorização da Educação do Campo, manutenção do Transporte Escolar, aquisição de equipamento/mobiliário para a Educação, aquisição de veículo para a Educação, aquisição de veículo para Transporte Escolar, aquisição de equipamento/ mobiliário para o Ensino Fundamental, Construção/Reformas de Edificações do Ensino Fundamental, aquisição de equipamento/ mobiliário para o Ensino Infantil, Construção/Reformas de Edificações do Ensino Infantil e seus respectivos valores. Em seguida informa sobre os valores orçamentários para e Secretaria Municipal de Obras, Meio Ambiente, Agricultura e Pecuária, informa ser uma Secretaria mais ampla com diversos setores. Informa valores para a Gestão da Secretaria de Obras, Agricultura e Pecuária, Manutenção de Conselhos Municipais, Aquisição de Máquinas e Veículos para a Frota Municipal, Ações de Defesa Civil, Melhoria Habitacional Rural, Melhorias Habitacional Urbano, Construção de Moradias Populares, Manutenção do Terminal Rodoviário, Operação de Transito, Educação de Transito Para Todos, Ações de Sinalização Viária, Sub Unidade – Obras, Obras de Infra Estrutura, Construção de Prédios Públicos, Manutenção da Fábrica de Artefatos de Cimento, Manutenção de Prédios Públicos. Sub Unidade – Mobilidade: Conservação de Vias Urbanas, Conservação das Estradas Vicinais. Sub Unidade – Agricultura e Pecuária: Manutenção do Parque de Exposições, Programa de Vacinação de Brucelose, Melhoria Genética de Gado Leiteiro, Assistência à Agropecuária, Convênio com a EMATER, Convênio com Associações Rurais e Cooperativas, Realização do Encontro Anual de Famílias Rurais, Ações do Mercado Municipal, Aquisição de Máquinas e Equipamentos Agrícolas, Realização de Eventos Agropecuários. Sub Unidade Meio Ambiente: Gestão do Meio Ambiente, Aquisição de Veículos e equipamentos para Ações de Meio Ambiente, Educação Ambiental, Fiscalização Ambiental, Recuperação/Conservação de Áreas Ambientais, Ações Paisagísticas Urbanas, Elaboração do Código do Meio Ambiente, Proteção e Defesa aos Animais, Ações de Brigada de Incêndio. Saneamento: Ampliação/Reforma/Construção de Capelas Mortuárias, Conservação de Cemitérios Municipais e Capelas Mortuárias, Construção/Reforma de Praças e Jardins, Aquisição de Equipamentos e Veículos para Ações de Saneamento, Construção/Ampliação/Reformas em Áreas de Saneamento, Implantação do Bota Fora, Ações de Limpeza Pública, Esgotamento Sanitário, Manutenção da Usina de Triagem e Compostagem – UTC. Sra. Carlene encerra sua apresentação e se coloca a disposição para esclarecer as dúvidas dos presentes e dos



CÂMARA MUNICIPAL DE LIMA DUARTE

Senhores Vereadores. Em seguida o Presidente da Câmara passa a palavra para os inscritos presentes. Faz uso da palavra o inscrito Sr. Dilenio que questiona sobre o desmembramento da Secretaria Municipal de Obras, Meio Ambiente, Agricultura e Pecuária e os respectivos orçamentos fossem apresentados de forma desmembrada para cada Secretaria, compromisso esse assumido pela Senhora Prefeita na Audiência Pública realizada no ano anterior para discussão do Orçamento Financeiro para o corrente ano ainda com a Palavra, questiona a Secretária de Educação sobre os recursos financeiros a ser aplicado na Educação no Campo onde o mesmo é professor, tendo perspectivas metodológicas de ensino, saber o que as pessoas produzem, o que elas fazem e o que elas tem de conhecimento para que assim possa ser uma Escola de Referência para outros Municípios com formação pedagógica. Questiona ainda o total de valores repassados pelo FUNDEB para o Município e como e quanto está sendo investido pelo Município, além de diversos problemas enfrentados por parte da Educação em relação a População. Logo após Sra. Carlene informa ao Sr. Dilenio que devido ao fato de ser ano eleitoral, o Executivo é impedido por Lei de criar novos cargos, por isso a Secretaria Municipal de Obras, Meio Ambiente, Agricultura e Pecuária não foi desmembrada, o que impossibilita a Reforma Administrativa no ano de 2024, sendo no ano de 2025 será encaminhado à Câmara Municipal o Projeto de Lei que dispõe sobre o Desmembramento da referida Secretaria. Em reação a Educação no Campo, esclarece que tal ação já foi executada sem ônus financeiro, como hortas comunitárias nas escolas, ações educacionais nas escolas, mas que podem adequar um novo projeto adequando o Orçamento para a Educação no Campo. Em relação a Educação Especial, Sra. Cristina esclarece que vem executando projetos e atividades em diversas comunidades do Município, empreendedorismo social nas escolas, artesanatos, estufas, hortas de plantas medicinais. Informa que sobre a EJA fez adesão ao Governo Estadual para iniciar pesquisa de demanda para que seja iniciado os trabalhos. Que tal adesão foi celebrada em agosto do corrente ano e que será executada no ano de 2025 onde existir demanda. Em relação a Educação Especial, Cristina informa que atualmente cinquenta e cinco alunos com necessidades especiais são atendidos nas escolas, além de Sala Recurso como suporte para os alunos que tem como primazia ofertar um ensino de qualidade às crianças e adolescentes do Município. Logo em seguida Vinícius informa sobre as transferências do FUNDEB que o Governo Federal aplica um índice em relação aos valores arrecadados de IPVA, FPM, ICMS, ITR dentre outros para que o Município possa receber o recurso transferido pelo Governo Federal. Que aplica mais de 90% do FUNDEB para pagamento de professores da Secretaria Municipal de Educação. Em seguida, Francisco Roque, representante da localidade de São José dos Lopes, faz uso da palavra, cumprimenta a todos e fala sobre a escassez de recursos financeiros para todas as secretarias municipais, porém de forma direcionada solicita à Secretária de Educação que o Pré-Escolar do Distrito de São José dos Lopes possa começar a atender as crianças no ano de 2025. Solicita à Secretaria Municipal de Obras, Meio Ambiente, Agricultura e Pecuária que seja disponibilizado mais um trator para atender os moradores da área rural. Logo é esclarecido pela Secretária de Educação que a Escola do referido Distrito foi paralisada por dois anos e nesse período caso não seja reaberta tem que ser fechada, ser feito um novo processo para reabertura da Escola, e que exige novos moldes do modelo Escola, havendo a necessidade de praticamente (re)construir a Escola devido ao processo de modificações por exigência da Superintendência Regional de Ensino, além de um número mínimo de alunos suficientes



CÂMARA MUNICIPAL DE LIMA DUARTE

para que seja formada turmas, que é algo que a Administração almeja que tão logo seja concretizado. Em seguida o Secretário de Obras, Srº Matheus, esclarece ao Sr. Francisco sobre a aquisição de equipamentos para atender a área rural, que é muito oneroso a manutenção desses equipamentos, aquisição de novos maquinários o orçamento não é suficiente, que existe uma grande demanda de serviços para todas as localidades. Logo em seguida o Presidente da Câmara passa a palavra para o Presidente da Associação de Produtores Rurais Vale do Caeté e Ponte Nova, Srº Marne Moreira, o mesmo cumprimenta da todos os presentes e aos que acompanham pelas redes sociais. Após questiona o Secretário de Obras sobre o calçamento dos morros na área rural para escoamento de produtos agrícolas, onde somente um calçamento foi realizado e que existia no Orçamento já aprovado, recursos financeiros para a execução dos serviços em outros dois morros e se a área rural será contemplada em calçamentos com a implantação da fábrica de artefatos de cimento, além da falta de energia elétrica na localidade por ser uma área de criação de peixes. Pede a estruturação do Conselho Municipal do Desenvolvimento Rural. Em seguida o Sr. João Vicente de Paula- Supervisor de Agropecuária, informa que o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural já está sendo reestruturado e que em breve estará ativo. Após, o Secretário de Obras informa que em relação ao calçamento atenderá a Localidade de Ponte Nova, visando melhorias no atendimento aos produtores principalmente para escoamento de Produtos Agrícolas e peixes. O Presidente da Câmara concede a palavra para Sr. Frederico, representante do SOMA. Sr. Frederico cumprimenta a todos e sugere que antes da apresentação do Projeto de Lei Orçamentária seja realizada uma discussão para que assim possa entender e planejar sobre as necessidades de todos, principalmente na área da Educação. Deixa como sugestão que a Escola de São José dos Lopes seja reaberta como extensão de uma outra Escola já existente, enquanto não seja resolvido o problema que impede que a referida escola seja de fato reaberta. A Secretária de Educação, Srª Cristina, esclarece que há intenção de implantar projetos culturais em todas escolas, principalmente aos finais de semana para todas as famílias. Em relação a sugestão de que a Escola de São José dos Lopes seja uma extensão de outra Escola já vem sendo analisado, informa ainda que está em tramitação com a Secretaria de Assistência Social, projetos sociais para serem executados na referida Escola. Sr. Vladimir, representante da Associação dos Moradores do Distrito de São Sebastião do Monte Verde, saúda a todos os presentes e questiona sobre o Parque Estadual da Serra Negra da Mantiqueira se existe Portarias no âmbito Municipal que regularize algumas situações do Parque, pois o Estado trabalha com morosidade nos processos e na execução de serviços de construção da entrada do Parque. Questiona ainda sobre a ponte que liga os Municípios de Lima Duarte de Santa Barbara do Monte Verde, ponte está construída de forma provisória em terreno particular e até a presente data nada foi feito para resolver a situação da construção da ponte, se existe discussão sobre a situação da ponte com o Prefeito da cidade de Santa Barbara do Monte Verde. Queixa sobre a falta de saneamento rural e pessoas consomem água de uma bacia que animais também utilizam, além da falta de transporte coletivo rural. Questiona sobre o local onde será implantada a fábrica de artefatos de Cimento, sendo às margens do Rio do Peixe, sabe-se que é uma área proibida por causa do leito do rio. É esclarecido pela servidora Fabiana que está acompanhado o Processo de legalização do Parque Estadual da Serra Negra da Mantiqueira e informa que está sendo construído um plano de manejo e que ainda não é possível executar ou elaborar ações para execuções de serviços no Parque.



CÂMARA MUNICIPAL DE LIMA DUARTE

Em relação ao Saneamento Sra. Carlene esclarece que já há previsão para a Revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico que atenderá algumas localidades do Município, e que outras localidades será atendida pela Secretaria de Obras. Em relação a ponte o Secretário de Obras informa que já existe diálogo com o prefeito da cidade vizinha, havendo necessidade de reiniciar novo dialogo à partir de 2025 com o novo Prefeito eleito, informa que sobre o transporte público foi regularizado dentro das vias urbanas e que as demais localidades não são atendidas por falta de interesse da empresa contratada não ter nenhuma previsão de lucratividade financeira para atender tais localidades. Em relação a implantação da fábrica de artefatos de cimento a mesma será implantada em local às margens da rodovia não afetando o leito do rio de acordo com a Polícia Ambiental. Em seguida faz uso da palavra Sr. Luiz Antônio de Oliveira, onde solicita que os Secretários sejam mais proativos com a população em relação as demandas apresentadas por eles, devido às atribuições dos mesmos e da Chefe do Executivo em buscar recursos para atender demandas da população. Além de professores em sistema de contrato e não efetivados, sendo que estes profissionais perdem muitos direitos garantidos em lei, onde visa melhor valorização dos professores. Cobra maior apoio ao produtor rural no que tange em arar terras para plantação. Em seguida Sra. Carlene Lacerda informa que recentemente foi realizado Concurso Público, porém não engloba os profissionais da Educação. Em relação ao Plano de Cargos e Salários dos profissionais da Educação informa que o mesmo já está sendo elaborado por uma empresa contratada. Porém até o presente momento ainda não foi enviado à Câmara Municipal para aprovação devido à morosidade da empresa contratada. Quem em breve sem data prevista realização de concurso público para os profissionais da Educação. Fala sobre o Piso do Magistério e valorização do profissional da Educação. Logo após Fábio Vieira passa a palavra para Jael Silva, que cumprimenta a todos e pergunta para a Secretária de Educação se no Orçamento financeiro está incluída a reforma da Escola Municipal “Alzira de Paula Delgado” e qual previsão para a reforma devido ao período de chuvas e a precariedade na qual o imóvel se encontra. Em seguida a Secretária Municipal de Educação informa que existe previsão e que inclusive os materiais já foram comprados com previsão de início breve, mas depende da liberação de profissionais da Secretaria Municipal de Obras, Meio Ambiente, Agricultura e Pecuária para a execução dos serviços de reforma da Escola e que a Escola será transferida para o horto florestal. Em seguida Rogério - Gelinho do Manejo faz uso da palavra e questiona sobre a construção de dois quebra-molas ao lado do campo de futebol da localidade do Manejo, tal solicitação já fora feita em período regresso, porém nada foi feito pois os pedestres e principalmente pessoas idosas estão correndo risco de acidente devido à falta de educação no trânsito. Em seguida o Secretário de Obras, informa que não foi construído os quebra-molas no Distrito devido à falta de licitação e devido ao período eleitoral. Que em relação em fiscalizar os trabalhos realizados pelos profissionais, informa que determinados serviços são terceirizados e de responsabilidade de outras empresas. Em seguida o Presidente da Câmara passa a palavra ao Vereador Edson Lima Campos, que saúda a todos, elogia a participação efetiva da população nas Audiências Públicas, fala sobre a importância dos trabalhos da Comissão de Finanças e equipe técnica da Casa Legislativa realizam, pois avaliam item por item tudo o que está sendo apresentado no Projeto de Lei 23/2024. Propõe ao Executivo que antes de apresentar o Projeto de Lei na Câmara Municipal, que os anseios da população sejam ouvidos para que assim possa elaborar o Projeto de Lei sobre o Orçamento para o



CÂMARA MUNICIPAL DE LIMA DUARTE

ano seguinte. Que a margem de crédito suplementar seja apenas de 10% pois não há necessidade de abertura de crédito suplementar em 25%, pois há necessidade de planejar ações para possíveis imprevistos que possam vir acontecer, sendo assim a necessidade de somente 10% de crédito suplementar pois tais ações foram planejadas já que se conhece a realidade do município e por se tratar de dinheiro público e que seja aplicado de forma correta e os Poderes Executivos e Legislativos precisam trabalhar em conjunto e consonância para o bem estar do cidadão. Que o Projeto de Lei em discussão não será aprovado em turno único, pois todos os Vereadores precisam fazer suas avaliações e em nova reunião se estiver em consonância com a Leis Vigentes e de acordo com a realidade local poderá ser aprovado. Em seguida Sra. Carlene fala sobre a explanação do Vereador Edson e informa que o Tribunal de Contas permite que alterações sejam feitas em até 30%, que os remanejamentos são feitos através de Decretos em relação aos 25% de Crédito Suplementar dando transparência e legalidade em todas as ações orçamentárias. Logo após é passada a palavra ao Vereador Guilhermando Andrade, que cumprimenta a todos, e questiona à Chefe de Gabinete, quais ações estão sendo realizadas para desburocratização dos serviços no Município. Fala sobre a quantidade de lixo jogada nas ruas e principais vias de acesso, uma vez que tanto se fala em saneamento básico. Logo em seguida Sra. Carlene esclarece que sempre notifica empresas que deixam de cumprir os serviços contratados e que em alguns casos o Poder Executivo através de suas Secretarias executa os serviços. Em relação ao “bota fora”, “expressão fora de contexto” pois será um Aterro Sanitário de Construção Civil já possui empresa contratada, porém necessitam de licenças ambientais e empresa necessita que DNIT aprove o aterro sanitário, sendo que tal aprovação foi negada, devido ao fato do local ser muito próximo a uma curva, o que coloca a vida das pessoas em , além de acidentes automotivos. Sugeriram a construção de um trevo no local o que tal valor não se referencia ao Orçamento do Município. O Vereador Ronaldo Alves complementa a fala do Vereador Guilhermando e cobra do Poder Executivo mais responsabilidade no descarte de entulhos e que tenha mais respeito com a população, que sirva de exemplo e não coloque entulhos em vias públicas, momento em que o Vereador apresenta uma foto do Poder Executivo descartando entulhos em via pública. Em seguida foi esclarecido pelo Secretário de Obras que o Município pode e terá o “bota fora”, apenas o DNIT não permitiu dar celeridade à implantação do mesmo. Em seguida o Vereador Josimar Campos, faz uso da palavra, cumprimenta a todos e dá prosseguimento à reunião e direciona-se a Secretária de Educação sobre o orçamento e como está sendo utilizado os recursos para pagamento de profissionais que trabalham em escolas em período integral e se existe previsão orçamentária para pagamento de estagiários devido ao fato de não estar claro na apresentação do Projeto de Lei 23/2024 para o exercício de 2025 e quais recursos estão sendo utilizados atualmente para a realização desses pagamentos. Posteriormente a Sr^a Secretária de Educação informa que devido ao ano eleitoral não pode realizar contrato de profissionais para executar os trabalhos nas escolas de período integral, onde para suprir a demanda do período integral foi feita parceria com a Secretaria de Esportes para execução de oficinas esportivas para os alunos do período integral e com o Processo Seletivo, haverá contratação de profissionais para atuarem nas escolas de período integral. Em relação aos estagiários devido ao fato de ser estágio obrigatório, esses não são remunerados. Dando continuidade o Vereador Josimar, fala sobre a questão do transporte público, reitera que enviem um projeto urgente para a Câmara, pois devido ao fato de não



CÂMARA MUNICIPAL DE LIMA DUARTE

constar no PL 23/2024 o serviço de transporte coletivo gratuito somente poderá ser executado no ano de 2026. Que seja previsto no orçamento a contratação de monitores de transporte escolar, pois o motorista fica sobrecarregado em dirigir e cuidar das crianças dentro dos carros, fazendo que assim obtenha um atendimento mais humanizado e com mais segurança. Fala sobre a reserva de contingência e necessidade de deixar no orçamento o previsto em lei para que em caso de calamidade o Município não venha passar por situação de conflito com as legislações vigentes. Fala sobre a importância de se ter somente 10% de crédito suplementar e também sobre a atuação fiscalizatória da Casa Legislativa, em complementação a fala do Vereador Josimar Campos, o Vereador Edson Lima, fala sobre a necessidade e a importância de planejar a reserva de contingência evitando assim que o Município entre em conflito com as leis vigentes e que ninguém seja prejudicado. Em seguida a Secretária de Educação informa que não dispõe de Lei que obrigue a contratação de monitores de transporte escolar, mas que estuda a possibilidade de tais contratações acontecer. Também é esclarecido que as reservas de contingências são recursos para cobrir riscos fiscais com finalidade de cobrir riscos fiscais não identificados e não situações de calamidade pública e que está aprovado na LDO a reserva de contingência com os valores apresentados no orçamento, sendo 1.7% do mesmo. Em seguida o Vereador Fábio Júnior faz uso da palavra, e questiona sobre a transparência no orçamento os recursos destinados para calçamento de vias públicas, onde o mesmo cita diversas ruas de diversos bairros que necessita de calçamento urgente e nada é feito em relação à situação enfrentada pelos moradores desses bairros e dessas ruas, além do recurso já disponível para calçamento de estradas vicinais e de escoamento de produtos agrícolas, principalmente na região do Caeté. Cobra sobre a rubrica no Orçamento para a realização do Concurso Público na área da Educação. Em seguida é informado que no bloco Urbanismo Obras e Infraestruturas é onde está alocado os recursos para calçamento de ruas, em relação ao Concurso Público da Educação os recursos estão alocados na Secretaria de Administração e os recursos para acabamento da construção da creche está alocado no Ensino Infantil. Em relação ao calçamento da região do Caeté já existem parcerias com as Associações daquela localidade, porém necessita de que a fábrica de artefatos de Cimento esteja em operação, sendo assim será montado um cronograma com as demandas prioritárias para atendimento. Em seguida a Vereadora Fabiana da Silva fez uso da palavra e solicita que o horário de funcionamento das creches seja de 7h às 17h. devido ao horário de trabalho dos pais daqueles que frequentam a creche, que haja colônia de férias nas creches devido as dificuldades enfrentadas pelos pais no período de férias. Fala sobre a Audiência Pública realizada sobre a Causa Animal e Conselho Municipal de Defesa dos Animais. Questiona sobre o Código de Defesa do Meio Ambiente pois não ficou claro o que esse Código preconiza, que a política pública de defesa animal no município realmente se efetive, compra de ração, medicamentos e vacinas para os animais, que o médico veterinário possa prestar primeiros socorros aos animais, local para destinar corpos de animais mortos, além do castra móvel no município, lar temporário pós castração. Em seguida o Secretário de Obras informa que o “Meio Ambiente” precisa criar uma Legislação para atendimentos e proteção da causa animal e todos os itens citados pela Vereadora Fabiana. É esclarecida sobre as dificuldades encontradas para a contratação de profissionais que trabalhem no horário solicitado para as creches, em relação a Colônia de Férias precisa ser analisada de que forma seria executada. Em relação ao Código de Defesa do Meio Ambiente nenhum



CÂMARA MUNICIPAL DE LIMA DUARTE

representante do Poder Executivo esclareceu a dúvida da Vereadora. Em seguida o vereador Ronaldo Alves faz uso da palavra e questiona ao Secretário Obras, se existe no orçamento recursos para inseminação de gado leiteiro, pede o desmembramento da Secretaria de Obras, para que assim possa atender melhor a população, questiona sobre a situação da construção/reforma da Ponte do Rio Grande que faz limite entre os Municípios de Bom Jardim de Minas e Lima Duarte, com grande tráfego de veículos pesados. Em seguida é informado pelo Secretário, que em relação à inseminação existe projeto, porém por falta de gestão o Projeto será repassado para outra comunidade do Município e as dificuldades apresentadas pelos produtores em aderir ao projeto. Ronaldo Alves continua sua fala sobre os valores financeiros para a manutenção de máquinas e veículos que estão parados no estacionamento da secretaria de obras. O Secretário, informa que sobre a ponte do Rio Grande que a Secretaria tem interesse em fazer a manutenção, mas necessita de recursos do Estado. Em relação aos veículos é informado que as manutenções se dão de forma corretivas com mecânicos da própria Secretaria de Obras, mas devido ao desgaste e o sucateamento das mesmas o ideal será a aquisição de novos maquinários. Logo em seguida o Vereador Donizete faz uso da palavra, e fala sobre a estimativa referente ao ano de 2024 e em comparação ao ano de 2025 teve um acréscimo de dez milhões de reais e pede melhorias no atendimento para a população da área rural, fala sobre os investimentos realizados no Município principalmente na área da Educação, sobre as economias geradas pelos investimentos realizados de forma preventiva nas estradas. Em seguida o Vereador José Jayme faz uso da palavra questionando sobre reativação do CODEMA, sua importância no Município, prossegue sua palavra e pergunta sobre os recursos destinados pelo Deputado Noraldino Júnior para a compra de vacinas e castração. Em seguida é informado que em relação ao CODEMA existe sim um grande interesse em reativar o Conselho, mas depende da participação da Sociedade. Também foi informado sobre o convênio que o objetivo será fazer parcerias com Clínicas Veterinárias para atendimento aos animais de rua, porém a Secretaria precisa acompanhar todos os atendimentos realizados e que atualmente a Secretaria não dispõe de condições de realizar tal acompanhamento e as clínicas existentes no Município não realizam mutirões, porém o convênio será realizado com os castra-móveis, mas depende de licitação, em relação as vacinas serão feitas licitações para a compra. As castrações não conseguem realizar no corrente ano. Em seguida o Presidente da Câmara faz uso da palavra e refere-se ao orçamento de habitação urbana e melhorias de habitação rural e seus respectivos valores, se haverá parceria público/privado com a implantação da fábrica de artefatos de cimento, sugere a compra de um ônibus para levar os jovens para a cidade de Juiz de Fora. Melhorias na UTC. Foi informado que em relação à parceria público/privado, existe planos de realização como forma de economia para o Município e geração de empregos. Sobre as melhorias de habitação rural e urbana que não há projetos de construção de casas populares em parceria com o Governo Federal. Existe um cadastro junto ao PAC, mas o processo de escolha das famílias ainda não está aberto. Sobre as melhorias na Usina de Triagem e Compostagem o Secretário reconhece a necessidade de melhorias, e informa que existe a rubrica no orçamento. Sr. Fábio Vieira indaga se existe alguma dotação para aquisição de caminhões, máquinas, fresadoras de asfalto. O Secretário informa que os recursos existentes são insuficientes para a aquisição dos mesmos, onde é necessário priorizar a compra de caminhões, e verbas parlamentares será de grande valia para demais aquisições. Logo em seguida o Presidente da Câmara Sr.



CÂMARA MUNICIPAL DE LIMA DUARTE

Fábio Vieira, deixa a palavra aberta para explanações finais onde a Senhora Prefeita Municipal agradece a presença de todos. Fala sobre a importância da realização das Audiências Públicas, geração de emprego e renda e o pagamento de dívidas que já existem há trinta anos e que a gestão atual irá pagar e adquirir um gerador de energia. Fala sobre o pagamento da multa da usina e a plantação de árvores por determinação Judicial, construção de novas UBS, Escolas. Fala sobre o turismo e sua importância e sobre os prédios públicos abandonados que foram reformados na Gestão atual e a seriedade em administrar um Município para o povo. O Presidente da Casa Legislativa agradece a todos os presentes e ouvintes e dá por encerrada a audiência pública. A presente ata, confeccionada por Paulo Sergio de Souza Cunha, servidor designado para o ato, matrícula nº 0063, foi lavrada nos termos da Resolução nº 01, de 01 de maio de 2022, Regimento Interno da Câmara Municipal de Lima Duarte, e constitui memória sintética da audiência, à qual foi integralmente registrada em áudio e imagem e pode ser acessada, na íntegra, por meio do link: <https://www.youtube.com/watch?v=obg1F-GsLjA>. Lima Duarte, aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e quatro.